

## FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

### CONSULTA PÚBLICA N° 22/2013 - DE 02/04/2013 a 16/04/2013

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Auto Posto 304 Ltda.	<b>Art 12. Os dispositivos contidos dos artigos 4º ao 11 passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014</b>	PROPORNO ALTERAÇÃO SOMENTE NA DATA: A PARTIR DE 01 JANEIRO DE 2015.	NÃO TEMPO HABIL PARA TODAS AS MODIFICAÇÕES E MANIFESTAÇÕES AOS ENVOLVIDOS NA ALTERAÇÃO.	<b>INCORPORADA</b>  O prazo para início da vigência dos artigos em questão foi alterado para 1º de julho de 2015
Afton Chemical	<b>Art. 9º Os produtores de gasolina A, importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.</b>  <b>Parágrafo único. Quando ocorrer alteração do detergente dispersante de que trata o caput, os produtores e</b>	Aumentar o prazo de comunicação de troca do aditivo para o mínimo de 1 (UM) ano ou deixar este item em aberto para discussões em GT	<b>Nosso comentário:</b> o prazo de 3 meses é insuficiente pois neste caso pode não se tratar somente de realização de testes de compatibilidade e sinergia. A cada alteração da tecnologia de aditivação que realizar o produtor ou importador da gasolina A, além dos novos testes, pode haver a necessidade de adequação química e tecnológica da aditivação suplementar realizada pelo Distribuidor além de obrigatoriamente refazer toda a cadeia de suprimentos que deve-se levar em conta o tempo de esgotamento do estoque atual no Distribuidor e no produtor do aditivo, a produção e/ou importação da nova tecnologia de aditivação suplementar, a formação de novos estoques, etc. Todo esse processo leva muito mais que 3 meses. <u>Assim solicitamos que seja dado um prazo mínimo de 1 ano ou deixe este item em aberto para discussões a posteriori por toda a indústria.</u>	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b>  Alteração do prazo em referência para 6 (seis) meses conforme a redação do § do art. 10:  <i>"Parágrafo único. Quando ocorrer alteração do detergente dispersante de que trata o caput, os produtores e importadores de gasolina A deverão informar aos distribuidores com seis meses de antecedência."</i>  Este prazo foi adotado em conformidade com a sugestão do principal segmento afetado pela mudança do aditivo: a distribuição.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
	<b>importadores de gasolina A deverão informar aos distribuidores com três meses de antecedência.</b>			
Afton Chemical	<b>“Tabela 1 – Especificações das gasolinas Comum e Premium. (1)”</b>	Quanto ao limite de 100mg de depósito em válvulas (média), sugerimos que este item não faça parte da especificação da gasolina e sim seja estipulado na revisão da resolução 41.	<p>O teste regido pela norma ABNT 16038 foi concebido para se avaliar, através da mediação do depósito em válvula, a eficácia de um determinado aditivo detergente dispersante. Assim, nossa recomendação é que o limite de 100 mg não faça parte da especificação da gasolina uma vez que isso traria alguns inconvenientes, tais como e não limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O produtor de gasolina A terá que fazer o teste em toda a gasolina para saber se a mesma está dentro da especificação, o que é impossível de ser feito primeiramente por conta dos volumes diários de produção e segundo por que só se tem a gasolina C no distribuidor no momento em que é adicionado o Etanol.</li> <li>b) Além disso, as bateladas das referidas produções do combustível teriam que aguardar pelo teste da gasolina para saber se a mesma se encontra dentro da especificação.</li> <li>c) Há ainda o inconveniente de ter-se que mudar a especificação da gasolina a cada vez que este limite houver por bem ser mudado, o que demandará um esforço muito maior pela ANP e demais agentes.</li> </ul> <p>Deste modo, recomendamos que o referido limite</p>	<b>INCORPORADA</b> <p>Este item será especificado no regulamento que trata do registro de aditivos para combustíveis.</p> <p>Adicionalmente, o artigo 7º da minuta, fica alterado com a seguinte redação:</p> <p><i>“Art. 7º A gasolina C comercializada em todo o território nacional deverá conter detergente dispersante registrado junto à ANP, em concentração igual ou superior ao teor mínimo informado em seu formulário de registro.”</i></p> <p>Além da característica “depósito em válvulas”, as notas 14 a 16 também serão excluídas. O disposto na Nota 15 será exigido no art. 10, por meio da seguinte redação:</p> <p><i>“Art. 10. O produtor de gasolina A, o importador e o distribuidor, de acordo com os casos dispostos nos artigos 8º e 9º, deverão informar nos Certificados da Qualidade e Boletins</i></p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			(ou qualquer outro que venha ser estipulado) seja especificado na atualização da resolução 41 que versa sobre aprovação e registros de aditivos pela ANP. Ou seja, uma vez que o produtor do aditivo fornecer o relatório técnico mostrando que seu aditivo passa em uma <u>gasolina de referência</u> no teste ABNT 16038 a um limite de depósitos em válvulas requerido pela ANP, poder-se-á requerer o registro do aditivo a esta Agência e este mesmo aditivo poderá ser utilizado em todo o Território Nacional na taxa mínima recomendada para a gasolina comum.	<i>de Conformidade a marca comercial e o número de registro junto à ANP do detergente dispersante utilizado para atender o disposto no artigo 7º”.</i>
Afton Chemical	<b>“Tabela 1 – Especificações das gasolinhas Comum e Premium. (1)”</b>	Quanto ao limite de depósito em câmara de combustão de 140% máximo	<p>recomendamos que essa exigência seja retirada devido aos seguintes motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Como o próprio nome diz, a norma ABNT 16038 foi confeccionada para “ Medição de depósitos em válvulas de admissão em motor com ignição por centelha”, o procedimento para depósito em câmara de combustão (e em bicos injetores) está nesta norma como forma de haver um procedimento que guie aqueles que quiserem fazer mais testes com seus combustíveis a fim de diferenciá-los.</li> <li>b) Esta medição não tem o mesmo nível de precisão (repe/repro) da que é realizada para medição de depósito em válvulas, muito devido ao fato de algumas superfícies de medição no cabeçote serem côncavas o que prejudica em demasiado a apuração do resultado.</li> <li>c) Desenvolver um aditivo que atenda a limites de Depósitos em Câmara de Combustão tornará o processo demasiadamente oneroso</li> </ul>	<b>INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>para que seja aplicada em toda a gasolina nacional, o que por certo inviabilizará a aplicabilidade econômica deste importante projeto liderado pela ANP.</p> <p>d) A contrário do que diz a Nota Técnica nº 102/2013/SBQ/RJ da ANP:</p> <p style="padding-left: 2em;"><i>“... a proposta é utilizar o limite já estudado e estabelecido em outros países (entre eles o da regulamentação norte-americana), de incremento máximo de 40%, em relação ao mesmo teste realizado com o combustível sem o detergente dispersante.”</i></p> <p>Não existe este limite estabelecido pela EPA (Envirnoment Protecion Agency) nos Estados Unidos e desconhecemos que limite de depósitos em câmara seja requerido em algum país onde a utilização de aditivos é mandatória.</p> <p>e) Por outro lado, tal limite é um requerimento “Top Tier” que foi estipulado pelos fabricantes automotivos e quando seguidos pela Distribuidora, se dá por razões mercadológicas e por motivos de diferenciação de produto e não por regulamentação governamental.</p> <p>Assim, temos certeza que deixar o desenvolvimento de aditivos com desempenho superior ao mínimo obrigatório para os demais agentes da indústria (distribuidora e produtores de aditivo), seja o mais recomendado sob o ponto de vista técnico, econômico e mercadológico.</p>	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Analytical Technology	3	Revisão da Tabela 1 e 2?	Adequação do reporte de aspecto conforme NBR 14954 LIALMP (Límpido Isento de Água Livre e Material Particulado) e não mais LII	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Em alinhamento ao entendimento da ANP na Consulta e Audiência Pública nº 17/2012, para melhor clareza do texto, entendemos por manter o reporte “LII – Límpido isento de impurezas”.
Analytical Technology			A norma utilizada para determinar fósforo (D3231) apresenta range de detecção entre 0,2-40 mg/L. 0,2 é o limite máx. estabelecido para este contaminante, ou seja, no limite mínimo da detecção do método. Não há algo mais adequado que pegue abaixo de 0,2 mg/L?	<b>COMENTÁRIO:</b>  Será adotado o limite de 1,3 mg/L para este contaminante, conforme a especificação americana para a gasolina automotiva, ASTM D4814-13a.
Analytical Technology			Fiquei com dúvida na metodologia utilizada para detecção do silício pois a D7757 é para Raio X, enquanto que na linha abaixo cita AAS/ICP. As 3 metodologias serão aceitas, é isso? Não há norma especificada para AAS ou ICP?	<b>COMENTÁRIO:</b>  Serão permitidas, além da ASTM D7757, metodologias que utilizam as técnicas de AAS e ICP.  Atualmente, não existem metodologias normatizadas com essas técnicas analíticas.  Além disso, não será estabelecido, neste momento, um limite para esta característica, permanecendo apenas a necessidade de anotar o valor.
Total Distribuidora S/A	IV, Art. 3º	<b>Redação atual:</b> IV - Firma Inspetora: pessoa jurídica credenciada pela ANP, conforme legislação vigente, para a realização das atividades de adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, de adição de corante ao etanol anidro combustível, com base em regulamentos da ANP, e de controle da	A sugestão nos termos da redação ao lado se dá em função do que se encontra previsto no § 3º do art. 8º da minuta proposta. No referido parágrafo da minuta proposta, encontra-se previsto que, “no caso de gasolina importada, a adição do detergente dispersante deverá ser realizada acompanhada por Firma Inspetora contratada pelo importador, sem prejuízo do disposto do Art. 7º”.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  De forma a acompanhar a nova redação do artigo 8º, a definição foi excluída.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<p>qualidade dos produtos indicados pelas Portarias ANP nº 311, de 27 de dezembro de 2001, nº 312, de 27 de dezembro de 2001 e nº 315, de 27 de dezembro de 2001.</p> <p><b>Redação proposta:</b> Firma Inspetora: pessoa jurídica credenciada pela ANP, conforme legislação vigente, para a realização das atividades de adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, de adição de corante ao etanol anidro combustível, com base em regulamentos da ANP, <b>da adição de detergente dispersante à gasolina A importada, bem como de</b> controle da qualidade dos produtos indicados pelas Portarias ANP nº 311, de 27 de dezembro de 2001, nº 312, de 27 de dezembro de 2001 e nº 315, de 27 de dezembro de 2001.</p>	<p>Ou seja, ao utilizar o conectivo “ou” na forma acima comentada, essa Agência dá ao agente importador a possibilidade de por seus próprios recursos proceder com a adição do detergente dispersante ou, alternativamente, contratar serviços de Firma Inspetora para tanto.</p> <p>O importante ao final, é que a Firma Inspetora, de toda forma, acompanhe e chancele o procedimento de qualidade necessário ao atendimento da Norma.</p>	
Total Distribuidora S/A	§ 1º, do Art. 4º	<p><b>Redação atual:</b> § 1º O Certificado da Qualidade deverá ser firmado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 1º O Certificado da Qualidade deverá ser firmado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, <b>devendo constar o número e lacre da amostra-testemunha armazenada, nos termos do § 4º deste artigo.</b></p>	A alteração sugerida se justifica pelo fato da necessidade da rastreabilidade e vinculação do produto amostrado ao Certificado de Qualidade emitido, gerando maior segurança jurídica ao procedimento adotado.	INCORPORADA

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Total Distribuidora S/A	§ 5º, do Art. 4º	<p><b>Redação atual:</b> § 5º O Certificado da Qualidade deverá permitir rastreamento de sua respectiva amostra-testemunha.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 5º O Certificado da Qualidade deverá permitir rastreamento de sua respectiva amostra-testemunha, <b>numerada e lacrada nos termos do § 1º deste artigo.</b></p>	A alteração sugerida se justifica pelo fato da necessidade da rastreabilidade e vinculação do produto amostrado ao Certificado de Qualidade emitido, gerando maior segurança jurídica ao procedimento adotado.	<b>INCORPORADA</b>
Total Distribuidora S/A	Parágrafo único do Art. 5º	<p><b>Redação atual:</b> Parágrafo único. É de responsabilidade do distribuidor garantir que o teor de etanol na gasolina C esteja em conformidade com o teor estabelecido na legislação vigente.</p> <p><b>Redação proposta:</b> <b>Exclusão.</b></p>	<p>Tal exclusão justifica-se pelo fato de que é vedada a comercialização de gasolina automotiva que não se enquadre nas especificações estabelecidas como previsto no § 1º do Art. 1º da Minuta Proposta.</p> <p>Além de que, a adição do etanol anidro combustível à gasolina A cabe exclusivamente ao distribuidor, ao qual é igualmente imputado a responsabilidade de proceder com a análise de qualidade e respectiva emissão do Boletim de Conformidade, como previsto no Art. 5º.</p> <p>Assim sendo, a manutenção do parágrafo único do Art. 5º na forma proposta seria uma redundância totalmente desnecessária, podendo gerar interpretações equivocadas sobre a responsabilidade da Distribuidora. Uma vez que falta definir o escopo desta responsabilidade (até o momento antes do recebimento pelo Posto Revendedor – entrega CIF – e/ou no momento do carregamento do Caminhão Tanque e antes de sua saída do Terminal – entrega FOB). Conforme descrito no Art. 3º § 1º e 2º e Art. 5º § 3º, da Resolução ANP 09, de 09.03.2007.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>Trata-se apenas de uma forma de reforçar essa regra, não deixando margem para qualquer tipo de interpretação que desvirtue o propósito da regulamentação. Adicionalmente, conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.</p>
Total Distribuidora S/A	§ 4º, do Art. 6º	<b>Redação Atual:</b> § 4º É responsabilidade do distribuidor garantir que a qualidade da gasolina C contida no caminhão-tanque	Tal alteração justifica-se pelo fato de ser necessário definir o escopo desta responsabilidade, de forma a evitar interpretações equivocadas sobre a responsabilidade da Distribuidora. Conforme descrito no Art. 3º § 1º e 2º e Art. 5º § 3º, da Resolução ANP 09, de 09.03.2007.	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>Conforme estabelece a Seção III (Da</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<p>reflita os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 4º É responsabilidade do distribuidor garantir que a qualidade da gasolina C contida no caminhão-tanque reflita os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade, <b>como segue:</b></p> <p><b>I – Até o momento antes do recebimento pelo Posto Revendedor – entrega CIF;</b></p> <p><b>II – No momento do carregamento do Caminhão Tanque e antes de sua saída do Terminal – entrega FOB</b></p>	5º § 3º, da Resolução ANP 09, de 09.03.2007.	Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.
Total Distribuidora S/A	§ 2º, do Art. 8º	<p><b>Redação atual:</b> Nos casos de recebimento de gasolina por cabotagem, a responsabilidade da adição de detergente dispersante a toda a gasolina da base de distribuição passará ao distribuidor, sem prejuízo do disposto no art. 7º.</p> <p><b>Redação proposta: Exclusão.</b></p>	<p>Considerando o exposto nos itens 23 e 24 da Nota Técnica nº 102/2013/SBQ/RJ-ANP, chega-se a conclusão que essa respeitável Agência está informando que o detergente dispersante que será adicionado à gasolina, poderá aderir às paredes dos vasos e/ou dutos por onde passar, contaminando os outros combustíveis que passem pelos mesmos. Desta forma, teria a Distribuidora também a responsabilidade de segregar os tanques dos Caminhões que realizarão a distribuição desta gasolina?</p> <p>Tal preocupação não está prevista em nenhuma das argumentações anteriores e deverá ser reavaliada antes da conclusão deste tema.</p> <p>A proposta de exclusão, leva em consideração que o detergente dispersante a ser adicionado à gasolina, deve ser compatível com os demais combustíveis automotivos utilizados em todo território nacional, visto nosso atual sistema de transporte utilizado para distribuição.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>A preocupação com os polidutos, dutos de transferência e transporte aquaviário está relacionada à contaminação do querosene de aviação. Conforme especificação deste combustível, sua contaminação é proibida com o aditivo em questão.</p> <p>Uma vez que não há transferência de custódia do combustível no transporte por polidutos, a responsabilidade pela adição de detergentes dispersantes não é alterada.</p> <p>No caso do transporte aquaviário, entretanto, tem-se uma situação diferenciada, em que a transferência de propriedade do produto ocorre no duto de transferência entre o navio/balsa e os tanques das bases. Ademais, existem casos de terminais</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
				<p>em que o querosene de aviação é movimentado junto à gasolina no mesmo duto, tal como ocorre em Cruzeiro do Sul no Acre.</p> <p>Dante do exposto, a regra geral para adição do detergente e dispersante está alinhada à conclusão da NT nº 97/2013/SBQ, contudo foi necessário prever a referida exceção para o caso do transporte aquaviário.</p>
Total Distribuidora S/A	Art. 9º	<p><b>Redação atual:</b> Os produtores de gasolina A, importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.</p>	<p>Sugestão: Se faz por necessário que essa ANP defina, estritamente, através de qual meio e forma deverá ser tornada publica o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.</p>	<b>INCORPORADA</b>
Fiat Automóveis S.A.	Tabela 1 do item 3 do anexo	Inclusão de duas características de controle na tabela 1 de especificação das gasolinas comum e premium (Ferro e manganês)	<p>A observação (1) da tabela 1 proíbe aditivos à base de ferro e manganês, porém não é exigido o controle de tais substâncias e desta forma não se certifica se há presença ou não de tais contaminantes que prejudicam o sistema de alimentação dos veículos. Esta sugestão de complementação da resolução esta relacionada à preocupação com a importação de gasolina comercial com aditivos contendo contaminantes (ferro e manganês). Em outras palavras, estes contaminantes são proibidos mas não são controlados.</p> <p>Em complemento a este mesmo artigo, podemos utilizar como referência a ASTM D 5185 e considerando que os limites para esta resolução devem estar abaixo do limite de detecção (sem adição de aditivos contaminantes) os seguintes limites são sugeridos:</p> <p>Ferro (Fe) = 2 mg/kg</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			Manganês (Mn) = 5 mg/kg	característica é atendida por meio da adição obrigatória de etanol anidro combustível.  Sobre o ferro, cabe informar que está em avaliação pelo CPT uma metodologia para análise deste contaminante.
 <b>Fecombustíveis</b>	<b>3º.</b>	Inseria a definição de POSTO REVENDEDOR:  Posto revendedor de combustíveis automotivos: estabelecimento localizado em terra firme que abastece tanques de veículos automotores terrestres e vasilhames de combustíveis.	O agente econômico que comercializa as Gasolinas C e Premium no varejo não está previsto na resolução em vigor, bem como na minuta em análise.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A presente Resolução deverá ser atendida por todos os agentes da cadeia no que refere à especificação do produto. As regras de controle da qualidade de que tratam esta Resolução são aplicadas para o produtor/importador de gasolina e distribuidor. Para o revendedor varejista a Resolução que trata deste item é a RANP nº 9/2007.
<b>Fecombustíveis</b>	<b>3º.</b>	Alterar a definição de BOLETIM DE CONFORMIDADE:  Boletim de Conformidade: documento emitido pelo distribuidor, que deve atestar a qualidade do produto final e conter os resultados das análises de suas características conforme o Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.	Adequação do texto.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A análise completa do produto encareceria muito o processo e inviabilizaria o abastecimento nacional. Na etapa da distribuição, são exigidas características que permitam avaliar contaminações que afetem a especificação e, por isso, não são avaliadas todas as características.
<b>Fecombustíveis</b>	<b>3º.</b>	Inserir a definição de AMOSTRA REPRESENTATIVA para Gasolina A	Se o certificado de qualidade será emitido a partir da análise da amostra representativa do produto, é preciso que a ANP defina o que é “amostra representativa”.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  No Regulamento Técnico da minuta consta indicação de que a amostra representativa consiste naquela “... obtida segundo o método ABNT NBR 14883 - Petróleo e produtos de

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
				<i>petróleo – Amostragem manual”.</i>
Fecombustíveis	6º.	Inserir a definição de AMOSTRA REPRESENTATIVA para a Gasolina C	Se o boletim de conformidade será emitido a partir da análise da amostra representativa do produto, é preciso que a ANP defina o que é “amostra representativa”. Ademais, ocorrendo a mistura da gasolina C em linha de carregamento automatizado, defende-se que o Boletim de Conformidade, que é baseado na análise de amostra representativa, não é instrumento hábil a garantir que a qualidade da gasolina C formada no caminhão tanque reflita os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade. Para tanto, a análise deve ocorrer em cada carregamento.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  No Regulamento Técnico da minuta consta indicação de que a amostra representativa consiste naquela “... obtida segundo o método ABNT NBR 14883 - Petróleo e produtos de petróleo – Amostragem manual”.
Fecombustíveis	6º.	Alterar o § 3º, inserindo:  “O boletim deve conter todos os resultados das análises exigidas no Regulamento Técnico e ainda constar o valor programado no medidor de vazão para a dosagem de etanol anidro combustível à gasolina A, bem como o tipo, modelo e a data de validade de calibração do equipamento”	É essencial que os equipamentos das bases sejam regularmente calibrados e certificados, podendo ser conferido às bases prazo para adequação, bem como que tenha seus dados identificadores inseridos no boletim de conformidade, permitindo seu rastreamento, cabendo ao Regulamento Técnico disciplinar os itens exigidos para fins de fiscalização no segmento distribuidor.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A análise completa do produto encareceria muito o processo e inviabilizaria o abastecimento nacional. Na etapa da distribuição, são exigidas características que permitam avaliar contaminações que afetem a especificação e, por isso, não são avaliadas todas as características.  O art. 15 da minuta submetida à Consulta Pública trata da vistoria técnica da qualidade a ser realizada pela ANP ou entidades credenciadas pelo Inmetro para avaliar os procedimentos e equipamentos de medição.
Fecombustíveis	<b>REGULAMENTO TÉCNICO</b>	Inserir critério técnico para fins de fiscalização de qualidade, possivelmente como art. 7º, encerrando a respectiva seção:  É de responsabilidade do revendedor	Exigir do posto revendedor apenas as características possíveis de verificação nos testes de qualidade previstos na Resolução ANP 9/2007.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A presente Resolução deverá ser atendida por todos os agentes da cadeia no que refere à especificação

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		varejista garantir que a gasolina C a ser comercializada apresente as características aspecto, cor e teor de anidro em conformidade com a legislação vigente.		<p>do produto. As regras de controle da qualidade de que tratam esta Resolução são aplicadas para o produtor/importador de gasolina e distribuidor. Para o revendedor varejista a Resolução que trata deste item é a atual RANP 9/2007.</p> <p>Além disso, conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade pelo Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.</p>
Lubrizol	Art. 9º	<p>Art. 9º Os produtores de gasolina comercial, importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.</p> <p>Parágrafo único. Quando ocorrer alteração do detergente dispersante de que trata o caput, os produtores e importadores de gasolina comercial deverão informar aos distribuidores <b>com 1 (um) ano</b> de antecedência.</p>	<p>O período de três meses não é suficiente para implementação de todas as atividades necessárias para que haja a adequação à alteração do detergente dispersante promovida pelos produtores da gasolina comercial, importadores e distribuidores.</p> <p>Inicialmente, volume suficiente da gasolina com o novo aditivo deve ser fornecido para que os testes sejam realizados, visando a adequação tecnológica dos aditivos complementares utilizados para diferenciação.</p> <p>Estes testes podem durar até seis meses, dependendo da tecnologia utilizada no novo aditivo e disponibilidade do laboratório de motores, podendo exigir até um tempo maior.</p> <p>Além disto, após definida a adequação, caso seja necessária a troca do aditivo utilizado para diferenciação, haverá a necessidade de importação do novo aditivo e implementação das atividades operacionais e logísticas de</p>	<p><b>NÃO INCORPORADA</b></p> <p>Alteração do prazo em referência para 6 (seis) meses conforme a redação:</p> <p><i>"Parágrafo único. Quando ocorrer alteração do detergente dispersante de que trata o caput, os produtores e importadores de gasolina A deverão informar aos distribuidores com seis meses de antecedência."</i></p> <p>Este prazo foi adotado em conformidade com a sugestão do principal segmento afetado pela mudança do aditivo: a distribuição.</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>abastecimento do novo aditivo nas bases de distribuição.</p> <p>Recomendamos que o período mínimo seja de 1 (um) ano de antecedência para que os distribuidores possam se adequar.</p>	
Lubrizol	Art 13.	<p>Art 13. A partir <i>de um de 1(um) ano da data da aprovação pela ANP e disponibilização da gasolina de referência a ser utilizada nos testes de desempenho dos aditivos</i>, toda a gasolina comercializada em território nacional deverá atender à especificação contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução.</p>	<p>No Regulamento Técnico nº XX/2013, ítem 3. Tabela 1 – Especificações das gasolinas Comum e Premium está definido o procedimento ABNT NBR 16038 como o único a ser utilizado para comprovação da quantidade dos depósitos nas válvulas.</p> <p>Há uma referência a Nota (16), que estabelece:</p> <p>(16) Este valor deverá ser calculado como a média aritmética dos depósitos encontrados nas quatro válvulas de admissão do motor em um ensaio realizado com gasolina de referência especificada pela ANP e deve ser atendido com o uso de detergente dispersante cuja concentração deverá estar em conformidade ao respectivo registro junto à ANP.</p> <p>A gasolina de referência especificada pela ANP ainda não foi disponibilizada para os testes dos aditivos.</p> <p>Conforme documento já apresentado à ANP por alguns produtores de aditivos, seria necessário o período de 1 (um) ano, a partir da disponibilização da gasolina de referência, para a efetivação do processo completo, que vai desde o transporte do combustível ao laboratório de motores até a distribuição do aditivo nas bases de distribuição. Não consideramos o tempo para a licença do IBAMA, necessária para o caso do aditivo ainda não ter sido licenciado.</p> <p>Assim, conforme colocado no documento anteriormente enviado a ANP:</p>	<p><b>NÃO INCORPORADA</b></p> <p>Devido à falta de infraestrutura adequada para a mistura dos detergentes dispersantes à gasolina, a data inicial para este processo será adiada para julho de 2015. Com as regras já estabelecidas, os agentes possuirão este prazo para se adequarem.</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>“como uma forma de não tornar o fornecimento dos aditivos uma restrição à implementação da aditivação total da gasolina na data estipulada, sugerimos que seja implementado um período de transição neste processo. Neste período, os registros dos aditivos para gasolina Comercial atualmente em vigor neste órgão manteriam a sua validade, podendo ser utilizados conforme as taxas de tratamento atualmente aprovadas bem como novas solicitações de registro podendo ser realizadas utilizando-se das regras atuais ou das que serão implementadas. Este período de transição seria de 1(um) ano a partir da data da aprovação pela ANP e disponibilização da gasolina de referência a ser utilizada nos testes de desempenho dos aditivos.</p> <p>Os principais benefícios que podemos apontar com a adoção deste período de transição são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- tempo adequado para que o processo de certificação/registro dos aditivos se efetue;</li> <li>- diminuição do tempo necessário para que os aditivos estejam disponíveis para o início da aditivação total: este tempo seria somente o necessário para a licitação (tempo reduzido pois não haveria a necessidade de testes dos aditivos já que os mesmos já estariam registrados, e o tempo de importação dos aditivos das plantas de fabricação, que estimamos em 90 dias.</li> </ul> <p>Assim, o fornecimento dos aditivos não seria restrição ao início do processo da aditivação total da gasolina em Janeiro de 2014; não vai interromper a comercialização das gasolinas diferenciadas, uma vez que as distribuidoras não necessitarão esperar pela disponibilização e comercialização da gasolina comum aditivada para iniciar testes de desenvolvimento de novas gasolinas. “</p>	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Lubrizol	<i>Nota (16) da Tabela 1 – Especificações das gasolinas Comum e Premium – Depósitos em Válvulas</i>	16) Este valor deverá ser calculado como a média aritmética dos depósitos encontrados nas quatro válvulas de admissão do motor em um ensaio realizado com gasolina de referência especificada pela ANP, <i>que será contemplada quando da revisão da Portaria ANP 41 de 12.03.1999</i> , e deve ser atendido com o uso de detergente dispersante cuja concentração deverá estar em conformidade ao respectivo registro junto à ANP.	<p>A Tabela define como 100 mg/válvula a quantidade máxima de depósitos nas válvulas para as gasolinas Comum e Premium. Conforme citado na Nota (16), abaixo da referida Tabela:</p> <p>(16) Este valor deverá ser calculado como a média aritmética dos depósitos encontrados nas quatro válvulas de admissão do motor em um ensaio realizado com gasolina de referência especificada pela ANP e deve ser atendido com o uso de detergente dispersante cuja concentração deverá estar em conformidade ao respectivo registro junto à ANP.</p> <p>Conforme a nota, o teste é feito em uma gasolina de referência especificada pela ANP.</p> <p>Assim, sugerimos que esta especificação seja contemplada quando da revisão da Portaria ANP 41 de 12.03.1999, que estabelece a regulamentação para a comercialização de aditivos para combustíveis automotivos e de combustíveis automotivos aditivados, e que nesta Resolução conste apenas a referência ao cumprimento do disposto na Portaria 41.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>A especificação da gasolina que será utilizada nos ensaios ainda será definida pela ANP e será considerada no trâmite de revisão da Portaria ANP nº 41/1999.</p> <p>Conforme sugestões, a característica “Depósitos em válvulas” será excluída, assim como suas respectivas notas.</p>
Lubrizol	<i>3. Tabela 1 – Especificações das gasolinas Comum e Premium – Depósitos em Câmara de Combustão</i>	Retirada desta especificação para depósitos em câmara de combustão através do procedimento ABNT NBR 16038	<p>A Tabela define uma especificação para depósitos em câmara de combustão através do procedimento ABNT NBR 16038.</p> <p>Sugerimos a retirada desta especificação pelas seguintes razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O método ABNT NBR foi elaborado para a avaliação de depósitos em válvulas. O conteúdo referente aos depósitos em câmara de combustão contém apenas informações indicativas para quem queira fazer esta avaliação para diferenciar seus combustíveis;</li> <li>- A Nota Técnica nº 102/2013/SBQ/RJ, em seu ítem 3.5,</li> </ul>	<b>INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>cita:</p> <p>“a proposta é utilizar o limite já estudado e estabelecido em outros países (dentre eles o da regulamentação norte-americana), de incremento máximo de 40%, em relação ao mesmo teste realizado com o combustível sem o detergente dispersante.”</p> <p>O EPA não estabelece uma especificação para depósitos na câmara de combustão em sua regulação para o nível mínimo de aditivação. Somente o estado da Califórnia (requerimentos CARB – California Air Resources Board), e os OEMs (para o nível de performance TopTier) fazem este tipo de requerimento, mas, como se vê, para níveis mais altos de performance, não para o nível mínimo.</p>	
Lubrizol	<i>Art. 8º.</i>	Art. 8º A adição de detergente dispersante é de responsabilidade dos terminais de distribuidores de gasolina Comercial.	<p>Abaixo alguns pontos que foram levados em consideração para a sugestão de alteração do artigo:</p> <p>1-O fato da aditivação de detergente dispersante fica sob responsabilidade exclusiva dos produtores e importadores fará surgir um ponto único de aditivação. A nosso ver, isso afetará a confiabilidade do abastecimento da gasolina Comercial, pois quaisquer eventos que afetem a entrega do aditivo ao “aditivador único” terá imediato reflexo na disponibilização da gasolina Comercial. Este risco será praticamente erradicado se a aditivação ocorrer nos terminais de distribuidores.</p> <p>2-A aditivação do detergente dispersante nas distribuidoras permitirá a livre escolha do produto/fornecedor que melhor atenda as suas necessidades.</p> <p>3 – A aditivação de detergente dispersante nos produtores de gasolina Comercial gerará custo elevados, uma vez que serão necessários testes adicionais para a diferenciação do produto por parte das distribuidoras. Ademais, se a tecnologia do aditivo empregado pelo produtor da gasolina</p>	<p><b>NÃO INCORPORADA</b></p> <p>Conforme conclusão da Nota Técnica 97/2013/SBQ/RJ:</p> <p>Em vista do apresentado neste Relatório, recomenda-se que o produtor de gasolina A seja definido como o agente econômico responsável pela aditivação mínima da gasolina, em razão dos seguintes argumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As informações fornecidas pelas empresas consultadas indicam que a aditivação no produtor de gasolina A apresenta menores dispêndios agregados para o mercado de combustíveis;</li> <li>• O controle da ANP sobre o cumprimento da obrigatoriedade</li> </ul>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			Comercial for alterada, todas as empresas que diferenciam seus combustíveis através da adição de mais aditivos de outro fornecedor terão que realizar testes de performance de todos os produtos, o que representará um aumento nos seus custos.	de aditivação mínima da gasolina é facilitada na hipótese de aditivação no produtor.”
ANFAVEA	<b>Observação (1) da Tabela de especificações</b>	<p>Alterar texto :</p> <p>De: É permitida a utilização de aditivos, conforme legislação em vigor, sendo proibidos os aditivos que apresentam compostos químicos à base de ferro ou metais pesados.</p> <p>Para: É permitida a utilização de aditivos, conforme legislação em vigor, sendo proibidos os aditivos que apresentam compostos químicos à base de ferro, <b>manganês</b> e metais pesados.</p>	<p>São conhecidos internacionalmente os danos causados pela utilização dos aditivos a base de ferro e manganês à vela de ignição, sonda de oxigênio e ao catalisador, corroborando para o aumento do consumo de combustível e aumento das emissões no gás de escapamento.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Ressalta-se o pronunciamento da Anfavea na Súmula da Audiência Pública nº 14/2009: “... <i>ressaltou a necessidade da formação de um Grupo de Trabalho no qual esta questão poderia ser aprofundada</i> ”. Assim, uma proibição neste sentido por parte da ANP necessaria de um estudo mais aprofundado. Cabe ressaltar que os aditivos automotivos à base de manganês são utilizados para aumentar o número de octano da gasolina. No caso do Brasil, esta característica é atendida por meio da adição obrigatória de etanol anidro combustível.
ANFAVEA	<b>Observação (16) da tabela de especificações</b>	Definir as características da gasolina de referência nesta minuta de resolução ou mencionar o nº da resolução ANP que informa as propriedades físico-químicas e limites da gasolina de referência, a ser usada no ensaio de determinação dos depósitos em válvulas de admissão e câmara de combustão.	Para quantificar os efeitos da aditivação e obter resultados correlacionáveis é importante se usar uma gasolina de referência para esta determinação, com características e limites conhecidos.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A especificação da gasolina que será usada nos ensaios ainda será definida pela ANP e será considerada, inicialmente, no trâmite de revisão da Portaria ANP nº 41/1999.  Conforme sugestões, a característica “Depósitos em válvulas” será excluída, assim como suas respectivas notas.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
ANFAVEA	Art. 2º	<p>Alterar texto:</p> <p>De: I - gasolina A: combustível produzido a partir de processos utilizados no refino de petróleo, nas centrais petroquímicas e formuladores, destinado aos veículos automotivos dotados de motores <b>ciclo Otto</b>, isento de componentes oxigenados;</p> <p>Para: I - gasolina A: combustível produzido a partir de processos utilizados no refino de petróleo, nas centrais petroquímicas e formuladores, destinado aos veículos automotivos dotados de motores <b>de ignição por centelha</b>, isento de componentes oxigenados;</p>	<p>A alteração de “ciclo Otto” para “de ignição por centelha” permitirá abranger também motores a gasolina que utilizam outros ciclos além do ciclo Otto, como por exemplo, os ciclos Atkinson ou Miller.</p>	<b>INCORPORADA</b>
ANFAVEA	Art. 7º	<p>Alterar texto:</p> <p>De: A gasolina C comercializada em todo o território nacional deverá conter detergente dispersante em concentração suficiente para atender o nível máximo de depósitos em válvulas de admissão dos motores <b>ciclo Otto</b>, conforme especificação contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução.</p> <p>Para: A gasolina C comercializada em todo o território nacional deverá conter detergente dispersante em concentração suficiente para atender o nível máximo de depósitos em válvulas de admissão dos motores <b>de ignição por centelha</b>, conforme especificação contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução.</p>	<p>Mesma justificativa acima.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>A nova redação do artigo 7º não utiliza mais o termo citado:</p> <p><i>“Art. 7º A gasolina C comercializada em todo o território nacional deverá conter detergente dispersante registrado junto à ANP, em concentração igual ou superior ao teor mínimo informado em seu formulário de registro.”</i></p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
ANFAVEA	Seção VIII	Inclusão de Artigo com o seguinte texto:  Ficam autorizados os fabricantes de veículos e empresas fornecedoras de serviços de engenharia, por eles contratados, a adquirir gasolinas com teores de etanol diferentes do regulamentado para o mercado, com a finalidade de uso em atividades de desenvolvimento de produto.	- O uso de gasolina C com teor de etanol fixo em 22%, mesmo teor da gasolina padrão, em atividades de desenvolvimento de produto, é de fundamental importância para permitir a correlação de resultados entre testes feitos em datas distintas.  - O uso de gasolinas especiais com teores de etanol distintos, como por exemplo, 5%, 10% ou mesmo sem etanol, é necessário para o desenvolvimento de produtos para mercados de exportação.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Uma vez que tais casos são pontuais e os volumes relacionados são muito reduzidos, a ANP entende ser oportuno verificar cada caso.
Brasilcom	IV, Art. 3º	<b>Redação atual:</b> IV - Firma Inspetora: pessoa jurídica credenciada pela ANP, conforme legislação vigente, para a realização das atividades de adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, de adição de corante ao etanol anidro combustível, com base em regulamentos da ANP, e de controle da qualidade dos produtos indicados pelas Portarias ANP nº 311, de 27 de dezembro de 2001, nº 312, de 27 de dezembro de 2001 e nº 315, de 27 de dezembro de 2001.  <b>Redação proposta:</b> Firma Inspetora: pessoa jurídica credenciada pela ANP, conforme legislação vigente, para a realização das atividades de adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, de adição de corante ao etanol anidro combustível, com base em regulamentos da ANP, <b>da adição de detergente dispersante à gasolina A importada, bem como de</b> controle da qualidade dos produtos indicados pelas Portarias ANP nº 311, de 27 de dezembro de 2001, nº 312, de 27 de dezembro de 2001 e nº 315, de 27 de	A sugestão nos termos da redação ao lado se dá em função do que se encontra previsto no § 3º do art. 8º da minuta proposta. No referido parágrafo da minuta proposta, encontra-se previsto que, “no caso de gasolina importada, a adição do detergente dispersante deverá ser realizada ou acompanhada por Firma Inspetora contratada pelo importador, sem prejuízo do disposto do Art. 7º”.  Ou seja, ao utilizar o conectivo “ou” na forma acima comentada, essa Agência dá ao agente importador a possibilidade de por seus próprios recursos proceder com a adição do detergente dispersante ou, alternativamente, contratar serviços de Firma Inspetora para tanto.  O importante ao final, é que a Firma Inspetora, de toda forma, acompanhe e chancelle o procedimento de qualidade necessário ao atendimento da Norma.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  De forma a acompanhar a nova redação do artigo 8º, a definição foi excluída.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		dezembro de 2001.		
Brasilcom	§ 1º, do Art. 4º	<p><b>Redação atual:</b> § 1º O Certificado da Qualidade deverá ser firmado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 1º O Certificado da Qualidade deverá ser firmado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, <b>devendo constar o número e lacre da amostra-testemunha armazenada, nos termos do § 4º deste artigo.</b></p>	A alteração sugerida se justifica pelo fato da necessidade da rastreabilidade e vinculação do produto amostrado ao Certificado de Qualidade emitido, gerando maior segurança jurídica ao procedimento adotado.	INCORPORADA
Brasilcom	§ 5º, do Art. 4º	<p><b>Redação atual:</b> § 5º O Certificado da Qualidade deverá permitir rastreamento de sua respectiva amostra-testemunha.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 5º O Certificado da Qualidade deverá permitir rastreamento de sua respectiva amostra-testemunha, <b>numerada e lacrada nos termos do § 1º deste artigo.</b></p>	A alteração sugerida se justifica pelo fato da necessidade da rastreabilidade e vinculação do produto amostrado ao Certificado de Qualidade emitido, gerando maior segurança jurídica ao procedimento adotado.	INCORPORADA
Brasilcom	Parágrafo único do Art. 5º	<p><b>Redação atual:</b> Parágrafo único. É de responsabilidade do distribuidor garantir que o teor de etanol na gasolina C esteja em conformidade com o teor estabelecido na legislação vigente.</p> <p><b>Redação proposta:</b> <b>Exclusão.</b></p>	<p>Tal exclusão justifica-se pelo fato de que é vedada a comercialização de gasolina automotiva que não se enquadre nas especificações estabelecidas como previsto no § 1º do Art. 1º da Minuta Proposta.</p> <p>Além de que, a adição do etanol anidro combustível à</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>Trata-se apenas de uma forma de reforçar essa regra, não deixando margem para qualquer tipo de interpretação que desvirtue o propósito da regulamentação.</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>gasolina A cabe exclusivamente ao distribuidor, ao qual é igualmente imputado a responsabilidade de proceder com a análise de qualidade e respectiva emissão do Boletim de Conformidade, como previsto no Art. 5º.</p> <p>Assim sendo, a manutenção do parágrafo único do Art. 5º na forma proposta seria uma redundância totalmente desnecessária, podendo gerar interpretações equivocadas sobre a responsabilidade da Distribuidora. Uma vez que falta definir o escopo desta responsabilidade (até o momento antes do recebimento pelo Posto Revendedor – entrega CIF – e/ou no momento do carregamento do Caminhão Tanque e antes de sua saída do Terminal – entrega FOB). Conforme descrito no Art. 3º § 1º e 2º e Art. 5º § 3º, da Resolução ANP 09, de 09.03.2007.</p>	Adicionalmente, conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.
Brasilcom	§ 4º, do Art. 6º	<p><b>Redação Atual:</b> § 4º É responsabilidade do distribuidor garantir que a qualidade da gasolina C contida no caminhão-tanque reflita os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade.</p> <p><b>Redação proposta:</b> § 4º É responsabilidade do distribuidor garantir que a qualidade da gasolina C contida no caminhão-tanque reflita os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade, <b>como segue:</b></p> <p><b>I – Até o momento antes do recebimento pelo Posto Revendedor – entrega CIF;</b></p> <p><b>II – No momento do carregamento do Caminhão Tanque e antes de sua saída do Terminal – entrega FOB</b></p>	Tal alteração justifica-se pelo fato de ser necessário definir o escopo desta responsabilidade, de forma a evitar interpretações equivocadas sobre a responsabilidade da Distribuidora. Conforme descrito no Art. 3º § 1º e 2º e Art. 5º § 3º, da Resolução ANP 09, de 09.03.2007.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.
Brasilcom	§ 2º, do Art. 8º	<p><b>Redação atual:</b> Nos casos de recebimento de gasolina por cabotagem, a responsabilidade da adição de detergente</p>	Considerando o exposto nos itens 23 e 24 da Nota Técnica nº 102/2013/SBQ/RJ-ANP, chega-se a conclusão que essa	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A preocupação com os polidutos,

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<p>dispersante a toda a gasolina da base de distribuição passará ao distribuidor, sem prejuízo do disposto no art. 7º.</p> <p><b><u>Redação proposta:</u></b> <b>Exclusão.</b></p>	<p>respeitável Agência está informando que o detergente dispersante que será adicionado à gasolina, poderá aderir às paredes dos vasos e/ou dutos por onde passar, contaminando os outros combustíveis que passem pelos mesmos. Desta forma, teria a Distribuidora também a responsabilidade de segregar os tanques dos Caminhões que realizarão a distribuição desta gasolina?</p> <p>Tal preocupação não está prevista em nenhuma das argumentações anteriores e deverá ser reavaliada antes da conclusão deste tema.</p> <p>A proposta de exclusão, leva em consideração que o detergente dispersante a ser adicionado à gasolina, deve ser compatível com os demais combustíveis automotivos utilizados em todo território nacional, visto nosso atual sistema de transporte utilizado para distribuição.</p>	<p>dutos de transferência e transporte aquaviário está relacionada à contaminação do querosene de aviação. Conforme especificação deste combustível, sua contaminação é proibida com o aditivo em questão.</p> <p>Uma vez que não há transferência de custódia do combustível no transporte por polidutos, a responsabilidade pela adição de detergentes dispersantes não é alterada.</p> <p>No caso do transporte aquaviário, entretanto, tem-se uma situação diferenciada, em que a transferência de propriedade do produto ocorre no duto de transferência entre o navio/balsa e os tanques das bases. Ademais, existem casos de terminais em que o querosene de aviação é movimentado junto à gasolina no mesmo duto, tal como ocorre em Cruzeiro do Sul no Acre.</p> <p>Dante do exposto, a regra geral para adição do detergente e dispersante está alinhada à conclusão da NT 97/2013/SBQ, contudo foi necessário prever a referida exceção para o caso do transporte aquaviário.</p>
Brasilcom	Art. 9º	<p><b><u>Redação atual:</u></b> Os produtores de gasolina A, importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público o nome do detergente</p>	<p>Sugestão: Se faz por necessário que essa ANP defina, estritamente, através de qual meio e forma deverá ser tornada publica o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.</p>	<b>INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.		
Sindicom	Art. 3º	<b>Incluir:</b> <b>“Operador Logístico: empresa autorizada pela ANP a operar instalações de armazenamento de produtos granéis líquidos inflamáveis e combustíveis.”</b>	Alinhamento com a Resolução ANP nº 46, de 20.12.2012, reconhecendo a existência desse agente.	<b>NÃO INCORPORADA</b> A Resolução estabelece a responsabilidade pela adição do EAC à gasolina A para compor a gasolina C, não detalhando a forma como essa adição ocorrerá.
Sindicom	Art 4º, § 8º	<p>§ 8º O produto, ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo Certificado da Qualidade.</p> <p><b>Os produtores e o importadores de gasolina A deverão enviar cópia legível do respectivo Certificado da Qualidade no transporte.</b></p>	Esclarecer de que a responsabilidade de anexar o certificado de qualidade é do produtor e do importador, quando a gasolina A sai destes para outros agentes.	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b> Nova redação: <p>“§ 8º O produto, ao ser comercializado pelos produtores e importadores, deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo Certificado da Qualidade.”</p>
Sindicom	Art. 5º	<p>Art. 5º A adição de etanol anidro combustível à gasolina A cabe exclusivamente ao distribuidor autorizado pela ANP <b>e ao Operador Logístico, autorizado pelo distribuidor, mantendo a responsabilidade do distribuidor pela mistura.</b></p>	Reconhece situação de fato que ocorre nas bases atualmente em diversos locais. A responsabilidade pela adição continua sendo do distribuidor, mas este poderá outorgar a um terceiro, como, por exemplo, a operação da mistura em terminais.	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b> A Resolução estabelece a responsabilidade pela adição do EAC à gasolina A para compor a gasolina C, não detalhando a forma como essa adição ocorrerá. Dessa forma, para maior clareza do dispositivo, o art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação: <p>“Art. 5º A responsabilidade pela adição de etanol anidro combustível à gasolina A é exclusiva do distribuidor</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
				autorizado pela ANP.”
Sindicom	Art. 5º, Parágrafo único	<b>Suprimir/alterar o parágrafo único.</b>  Parágrafo único. É de responsabilidade do distribuidor garantir que o teor de etanol na gasolina C esteja em conformidade com o teor estabelecido na legislação vigente.	A redação estava muito vaga. Parece que o distribuidor é responsável pelo teor até no posto. Entendemos que o distribuidor é responsável por garantir o teor de etanol na gasolina C no momento da transferência de custódia para o seu cliente, sendo ele revendedor, consumidor ou outro distribuidor. (ex: Casos FOB).	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Trata-se apenas de uma forma de reforçar essa regra, não deixando margem para qualquer tipo de interpretação que desvirtue o propósito da regulamentação. Adicionalmente, conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.
Sindicom	Art. 6º, §1º	  § 1º O Boletim de Conformidade deverá ser firmado pelo profissional de química responsável pela <b>qualidade análise laboratorial</b> do produto, <b>próprio, contratado ou de um laboratório externo</b> , com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.	No mercado de distribuição, a responsabilidade se restringe à análise do produto, e não necessariamente à qualidade do produto.  Prever as modalidades de contratação e operação realizadas pelas distribuidoras para emissão do boletim de conformidade.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  A Resolução não veda a contratação de laboratórios para a análise do produto. No entanto, o Boletim de Conformidade deve ser emitido pela Distribuidora. Caso seja(m) emitido(s) laudo(s) de análise por laboratório(s) contratados, este(s) não pode(m) ser utilizado(s) como Boletim de Conformidade. O profissional de química responsável pela análise do produto só poderá ser também responsável pela qualidade do produto quando o laboratório for da própria distribuidora.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Sindicom	Art. 6º, §4º	§ 4º É responsabilidade do distribuidor garantir que a qualidade da gasolina C <b>contida no caminhão tanque</b> reflete os resultados declarados no respectivo Boletim de Conformidade <b>até o ponto de transferência de custódia</b> .	<p>Se o carregamento é FOB a transferência de custódia se dá no braço de carregamento. Não tenho como me responsabilizar por caminhão com retorno de produto, estando contaminado. Ainda mais que não cita em que momento o distribuidor é responsável ( no trajeto, no posto, no carregamento ).</p> <p>No caso CIF a distribuidora se responsabiliza até o momento da descarga no cliente.</p>	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b> <p>O termo “contida no caminhão-tanque” será excluído, pois, na região norte do país, o carregamento de gasolina C pode ocorrer em balsas.</p> <p>Ademais, conforme estabelece a Seção III (Da Responsabilidade p/ Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a responsabilidade solidária exige que a toda a cadeia tenha a responsabilidade de garantir a qualidade do produto.</p>
Sindicom	Art 6º, § 5º	§ 5º O produto <b>comercializado</b> , ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo Boletim de Conformidade, <b>salvo nas operações de transferência de produto</b> .	<p>Nas operações de transferência ferroviária e rodoviária entre bases o produto em geral transportado é gasolina A e diesel A, não possuem boletim de conformidade. Os dados de qualidade são colocados diretamente no DANFE.</p>	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b> <p>Nova redação:</p> <p>“§ 5º O produto comercializado, ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo Boletim de Conformidade.”</p> <p>Vale comentar que sempre que há <u>comercialização</u> de produto pelo distribuidor, é obrigatória a emissão do Boletim de Conformidade.</p>
Sindicom	Art 8º, § 2º	<b>Suprimir o § 2º</b>	Entendemos que a responsabilidade pela especificação de um produto básico é do produtor, importador ou formulador e não de um distribuidor. Hoje, as distribuidoras apenas adicionam aditivos à gasolina já especificada para produtos diferenciados, ou mesmo	<b>NÃO INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<p>Art. 8º A adição de detergente dispersante é de responsabilidade dos produtores e importadores de gasolina A.</p> <p><b><u>§ 2º Nos casos de recebimento de gasolina por cabotagem, a responsabilidade da adição de detergente dispersante a toda a gasolina da base de distribuição passará ao distribuidor, sem prejuízo do disposto no art. 7º.</u></b></p>	<p>adicionam produtos especificados e acabados como na mistura de biodiesel ao diesel ou etanol anidro à gasolina, salientando que nesses casos as misturas visam à produção de outros produtos que são o diesel B e a gasolina C e não o ajuste de uma especificação de um produto básico. O fato é que as distribuidoras emitem boletins de conformidade e não certificados de qualidade aos produtos que movimentam. Nesta condição, as distribuidoras passariam a adquirir produto fora de especificação da ANP para estes locais, o que é um precedente que julgamos indesejável e de riscos ao consumidor.</p> <p>Reforçando este ponto, na própria definição de Distribuidor está claro que não faz parte do escopo da atividade o ajuste de especificação da Gasolina A. Este papel é do Produtor.</p> <p>Outros fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de único aditivo para todas as distribuidoras.</li> <li>- Garantia de adição devido à utilização de entidade externa.</li> <li>- Eficiência e redução de custo, pois evita-se aumento de estrutura em vários terminais.</li> <li>- Manutenção de padrão operacional.</li> </ul> <p>Cabe também registrar, que o produtor hoje já adiciona corante em todo o diesel S500 movimentado, mesmo em cabotagem, e que o volume de diesel é maior que o de gasolina A, ainda mais se levando em conta o fim do diesel S1800 em janeiro/2014. Quanto a esta operação, realizada nas instalações de distribuição ou em terminais, o Sindicom não se opõe, uma vez que a responsabilidade de aditivação continua com o produtor.</p> <p>Além disto, estudos realizados por uma das nossas associadas e reproduzidos pelo CPT, demonstraram que não há formação de emulsão do aditivo à água e portanto o transporte por cabotagem da gasolina já aditivada sob a nossa ótica é viável. Se outros fatores o são impactantes,</p>	<p>contaminação do querosene de aviação. Conforme especificação deste combustível, sua contaminação é proibida com o aditivo em questão.</p> <p>Uma vez que a propriedade do combustível na saída do duto não sofre alteração, a responsabilidade pela adição de detergentes dispersantes não é alterada.</p> <p>No caso do transporte aquaviário, entretanto, tem-se um caso diferenciado em que a transferência de propriedade do produto ocorre no duto de transferência entre o navio/balsa e os tanques das bases. Ademais, existem casos de terminais em que o querosene de aviação é movimentado junto à gasolina no mesmo duto, tal como ocorre em Cruzeiro do Sul no Acre.</p> <p>Dante do exposto, a regra geral para adição do detergente e dispersante está alinhada à conclusão da NT 97/2013/SBQ, contudo foi necessário prever a referida exceção para o caso do transporte aquaviário.</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			os mesmos poderiam existir no transporte rodoviário e ferroviário, o que nos obrigaría a segregar frota de caminhões para entrega e adicionar o produto nas bases secundárias que recebem destes polos de cabotagem, inviabilizando a operação.. Especulação semelhante fora feita em reunião anterior, sobre adição em dutos sob o argumento que o aditivo removeria o inibidor de corrosão, mas contra argumentada pelo próprio fabricante do produto em questão. Entendemos que tecnicamente não há empecilhos para que a nova gasolina seja transportada por cabotagem ou outro modal.	
Sindicom	Art 9º	<b>Art. 9º</b> Os produtores de gasolina A, e importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público o nome do detergente dispersante a ser utilizado na gasolina para atender a característica depósitos em válvulas.	Manter coerência com a nossa proposta do art. 8º	
Sindicom	Art 9º	Parágrafo único. Quando ocorrer alteração do detergente dispersante de que trata o caput, os produtores e importadores de gasolina A deverão informar aos distribuidores com seis três meses de antecedência.	Compatibilizar o tempo entre a comunicação da mudança do aditivo com os testes de compatibilidade dos distribuidores e seus pacotes de aditivo especiais.	INCORPORADA
Sindicom	Art. 11	<b>Art 11.</b> O produtor de gasolina A, e o importador e e-distribuidor deverão informar à ANP, até o 15º dia de cada mês, por meio do Sistema de Informação de Movimentação de Produtos (SIMP), os dados referentes à aquisição mensal dos aditivos de que trata o parágrafo 1º do artigo 10º.	Manter coerência com a nossa proposta do art. 8º	NÃO INCORPORADA  Como distribuidores aditivarão a gasolina em casos de cabotagem, será exigido o envio de dados de movimentação desse segmento.
Sindicom	Art. 12	<b>Alterar o texto do artigo</b>  <b>Art 12.</b> Os dispositivos contidos dos artigos 4º ao 11 7º ao 11 passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, após a avaliação	Sugerimos que 2014 seja um ano de testes da nova gasolina, avaliação dos seus resultados, assim como da preparação da infraestrutura de aditivação que será necessária ao produtor/importador.	INCORPORADA PARCIALMENTE  Ver sugestão ANP.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<b>dos resultados pela ANP que será realizada ao longo de 2014, tanto dos testes do produto quanto da infraestrutura de aditivação no produtor/fornecedor.</b>		
Sindicom	Art 13	<p><b>Alterar o texto do artigo</b></p> <p>Art 13. A partir de 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina comercializada em território nacional deverá atender à especificação contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução, <b>à exceção do Item: “Depósitos em válvulas”, que terá seu prazo estabelecido pela ANP, considerando o contido no artigo 12 desta Resolução.</b></p>	<p>Compatibilizar com o artigo 12.</p>	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b> Ver sugestão ANP.
Sindicom	Art. 14	<p>Art. 14. Para efeitos de fiscalização, as autuações por não conformidade, quanto ao ponto final de ebulação, período de indução, teores de enxofre, fósforo e benzeno (este último apenas para a gasolina C Premium), e hidrocarbonetos aromáticos e olefínicos, só poderão ocorrer:</p> <p>I - Na distribuição: <b>30 60 (sessenta)</b> dias após a data da entrada em vigor do Regulamento Técnico nº XX/2013, constante desta Resolução;</p> <p>II - Na revenda: <b>60 90 (noventa)</b> dias após a data da entrada em vigor do Regulamento Técnico nº XX/2013, constante desta</p>	<p>Manter o padrão proposto nas resoluções anteriores para tempo de adequação de estoques no distribuidor e revenda.</p>	<b>INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP																	
		Resolução.																			
Sindicom	Art. 18	<p><b>Art. 18.</b> A característica teor de metanol da Tabela de Especificação do Regulamento Técnico nº 7/2011 da Resolução ANP nº 57, de 20 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3">UNIDADE</th> <th colspan="2">LIMITE</th> </tr> <tr> <th>Gasolina Comum</th> <th>Gasolina Fórmula</th> </tr> <tr> <th>Tipo A</th> <th>Tipo C</th> <th>Tipo A</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>% volume</td> <td>(1)</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(1) Proibida a adição. Deve ser medido quando houver dúvida quanto à ocorrência de contaminação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Para o caso do teor de metanol, considera-se o limite máximo de 0,5 % em volume;</li> <li>b. <del>Para o caso do teor de etanol anidro combustível, considera-se o limite máximo de 1 % em volume</del></li> </ul>	UNIDADE	LIMITE		Gasolina Comum	Gasolina Fórmula	Tipo A	Tipo C	Tipo A	% volume	(1)								<p><b>INCORPORADA</b></p> <p>Não se aplica este item. Já está definido na chamada 2 da Tabela 1;</p>	<p>Será adicionada na Tabela, característica Metanol, o limite de 0,5% e excluídos os itens a e b da nota 1.</p>
UNIDADE	LIMITE																				
	Gasolina Comum	Gasolina Fórmula																			
	Tipo A	Tipo C	Tipo A																		
% volume	(1)																				
Sindicom	Art. 20	<b>Art. 20.</b> Fica revogada a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, e, a partir de 1º de janeiro de 2014, a Resolução ANP nº 57, de 20 de outubro de 2011.		<b>COMENTÁRIO:</b> Texto apresentado pelo agente econômico é o mesmo submetido à Consulta Pública.																	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Sindicom	Regulamento Técnico – Tabela 1	<p><b>Explicação sobre reprodutibilidade de métodos de ensaio</b></p> <p><b>Tabela 1 – Tolerâncias para PFE e teor de enxofre para distribuição e revenda</b></p> <p><b>Explicação do porquê do resíduo de 100 mg em válvula</b></p>	<p>Solicitamos que sejam criadas tolerâncias para o distribuidor e revenda para correta movimentação de seus produtos, quando recebendo volumes de produto no limite técnico de tolerância pelo produtor / importador, nos mesmos moldes do aprovado para o diesel S10 (teor de enxofre).</p> <p>A questão aqui é que o produtor pode prescindir de entregar volumes no limite da especificação para otimizar sua produção e não existiria limite/tolerância para os agentes seguintes da cadeia.</p> <p>Propomos a adoção de limites de tolerância no distribuidor e revenda acima do limite do produtor: PFE + 10 graus . Teor de enxofre devemos ter alguma tolerância sobre os 50 ppm porque a Petrobras vai soltar na linha. Proposta: + 10 ppm para distribuidor e revenda.</p> <p>Sugerimos que seja incluído como aceitável ainda as variações referentes a reprodutibilidade entre métodos para os demais itens, ainda que disposto em contrário no texto do regulamento técnico. Entendemos que tecnicamente é um conceito universal e deve ser incorporado à resolução da ANP.</p> <p>Quanto ao nível de depósitos em válvulas, estabelecido em 100 ppm, não há uma justificativa técnica na Nota da SBQ/ANP, a não ser que foi uma média de outros países.</p> <p>Nossa sugestão é que seja discutida a real necessidade e benefícios deste valor em contrapartida das emissões provocadas e do custo envolvido para a sociedade pela drástica redução proposta vis-à-vis a condição operacional que temos hoje e no futuro próximo nas instalações de produção e distribuição de combustíveis no país.</p> <p>Entendemos que o limite proposto é bastante restritivo e, por exemplo, inferior ao especificado na comunidade</p>	<p><b>NÃO INCORPORADA</b></p> <p>A tolerância para o teor de enxofre do diesel S10 foi dada por se tratar de uma característica com valor muito restritivo, limitado tecnologicamente e de difícil obtenção para teores de enxofre muito abaixo do limite especificado para o produtor de gasolina e importador. Além disso, havia a falta de infraestrutura logística que pudesse garantir transporte e armazenamento 100% dedicados.</p> <p>No caso da gasolina, esta não é uma realidade, pois primeiro teremos uma única gasolina sendo comercializada e, conforme experiência passada com o diesel S50, nenhum problema foi verificado o teor de enxofre de 50 ppm.</p> <p>Conforme citado nos regulamentos técnicos das Resoluções ANP que tratam das especificações dos combustíveis, “Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos relacionados a seguir, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados neste Regulamento.”</p> <p>Em relação ao valor de 100 mg/válvula para o depósito em</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			europeia, sem uma fundamentação técnica respaldando a decisão.	válvula, a ANP explicita na Nota Técnica nº 102/2013/SBQ/RJ os motivos dessa decisão:  “33. Para o nível de desempenho que será estabelecido, foi escolhido o valor (máximo) de 100 mg/válvula (média entre as quatro válvulas do motor). Este é o valor adotado por outros países, dentre eles, os EUA. É importante esclarecer que a definição do referido valor decorreu do fato de que haverá uma grande alteração na especificação da gasolina para 2014 e ainda não é possível prever o perfil das características para o combustível que estará disponível no país a partir de então. Tal desconhecimento decorre do fato de que as refinarias ainda passarão por um processo de adaptação e otimização operacional para a produção do novo combustível. 34. Em meados de 2014, será feita uma avaliação do perfil dessa nova gasolina, de modo que a Agência possa verificar se a especificação de referência para avaliação de depósitos (que será utilizada nos ensaios) e o limite do nível de desempenho estão adequados.”
Sindicom	Regulamento Técnico – Tabela 1	Incluir na Nota (6) (6) Procedimento 1 e Procedimento 2	O Procedimento 1 só avalia a presença de impurezas. Para avaliar a limpidez usa-se o Procedimento 2.	NÃO INCORPORADA De acordo com a NBR 14954 no item

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
				11, a limpeza é avaliada no procedimento 1, sendo portanto suficiente para a avaliação do aspecto.
Sindicom	Regulamento Técnico – Tabela 1	<p><b>Excluir a Nota (14):</b></p> <p>(14) Não é necessária a realização deste ensaio para a emissão do Certificado da Qualidade, o que não isenta cada agente econômico que comercializa o combustível da responsabilidade em atender o limite previsto na especificação ao longo de toda a cadeia.</p>	Com a minuta proposta, a Distribuidora está obrigada a garantir o atendimento a um parâmetro sobre o qual não existe nenhuma expectativa prévia de atendimento (análise realizada pelo produtor/fornecedor)	INCORPORADA
Petrobras	Art. 2º - item I	<p>Alterar a redação para: “I – gasolina A: combustível produzido a partir de processos de refino de petróleo <b>nas refinarias</b>, centrais petroquímicas e formuladores, destinado aos veículos automotivos dotados de motores do ciclo Otto, isento de componentes oxigenados, sendo permitida exclusivamente a adição de até 5% vol. de ETBE quando produzida no Brasil</p>	<p>Possibilitar a incorporação de ETBE na gasolina A. Testes preliminares de emissões realizados no CENPES em mistura de Gasolina A (contendo 5% de ETBE) com 25% de Etanol apresentaram resultados similares ao realizado com Gasolina C (contendo 25% Etanol), sem ETBE.</p> <p>Tendo em vista a continuidade do desequilíbrio entre a demanda e a produção da gasolina, a utilização de ETBE na gasolina A permitirá o aumento da produção deste combustível, resultando num impacto positivo na balança comercial brasileira ao possibilitar a redução da importação de gasolina.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>A Petrobras apresentou em reunião na ANP, o referido estudo realizado no CENPES. A ANP irá avaliar o assunto.</p> <p>Em relação ao termo “nas refinarias”, foi adicionado no inciso I do artigo 2º da minuta de Resolução.</p>
Petrobras	Art 7º - caput	<p>Alterar a redação para:</p> <p>Art.7º A gasolina C comercializada em todo o território nacional deverá conter, <b>caso necessário</b>, detergente-dispersante, em concentração <b>suficiente para atender o nível máximo de depósitos em válvulas de</b></p>	<p>A minuta propõe a adição de toda a gasolina comercializada. A Petrobras sugere que seja realizada a avaliação somente da gasolina de referência, a qual deve ser representativa das gasolinas comerciais.</p>	<b>NÃO INCORPORADA</b> <p>Conforme indicado em reuniões, apesar de a gasolina apresentar baixa formação de depósitos conforme a</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		<del>admissão dos motores ciclo Otto igual ou maior que a obtida na homologação do aditivo realizada com a gasolina de referência,</del> conforme especificação contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução	<p>Dessa forma, caso seja necessário aditivar a “gasolina de referência” para atender ao limite exigido (100 mg), a gasolina comercial deverá, então, conter aditivo detergente dispersante na concentração homologada.</p> <p>Este é o mesmo modelo de aditivação adotado nos EUA, o qual é baseado em uma avaliação de sua “gasolina de referência” (representativa das gasolinas comerciais) por meio da medição de depósito em válvulas em ensaio padronizado., [Fonte: EPA, Code of Federal Regulations CFR, Title 40: Protection of Environment, Part 80: Regulation of Fuels and Fuel Additives].</p> <p>Atualmente, no Brasil, a gasolina automotiva comercial S50 (isenta de aditivo detergente dispersante), produzida em caráter preliminar pela PETROBRAS, já apresenta resultados (de peso dos depósitos nas válvulas de admissão) bem próximos do limite exigido (100 mg). Esses valores são similares aos obtidos com o combustível Etanol Hidratado.</p>	<p>ABNT NBR 16038, o uso contínuo do combustível sem aditivos poderia causar um acúmulo no longo prazo.</p> <p>Quanto à gasolina de referência, o assunto será tratado quando da revisão da Portaria ANP nº 41/1999, bem como ao longo do primeiro semestre de 2014.</p>
Petrobras	Art. 7º parágrafo único	Renomear como: § 1º	Inclusão de outros parágrafos	<b>NÃO INCORPORADAS</b> O assunto será tratado quando da revisão da Portaria ANP nº 41/1999, bem como ao longo do primeiro semestre de 2014.
Petrobras	Art. 7º Incluir § 2º	<b>A gasolina de referência, a ser especificada pela ANP, deverá ser representativa das gasolinas C comercializadas no Brasil e possuir as características de teor de enxofre, teor de olefinas, teor de aromáticos e ponto T90% em valores compreendidos entre 35º e 65º percentis da distribuição dos resultados dessas propriedades.</b>	Idem a Justificativa do Art. 7º - caput	
Petrobras	Art. 7º Incluir § 3º	<b>A gasolina de referência, além das propriedades definidas no § 2º, deverá ser uma gasolina de produção normal e deverá apresentar no ensaio de avaliação</b>	Idem a Justificativa do Art. 7º - caput	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		da formação de depósitos (ABNT NBR 16038) o valor médio do depósito nas válvulas igual ou maior do que 300 mg (quando isenta de aditivo).		
Petrobras	Art 8º Caput	Alterar a redação para: A adição de detergente dispersante, <b>caso necessária</b> , é de responsabilidade dos produtores e importadores de gasolina A <b>e dos distribuidores de gasolina C, conforme estabelecido nos parágrafos abaixo;</b>	Concordância com o Art. 7º	<b>NÃO INCORPORADA</b>
Petrobras	Art. 8º - § 1º	Alterar a redação para: Os produtores e importadores de gasolina A, <b>e os distribuidores de gasolina C</b> , somente poderão comercializá-la adicionada de detergente dispersante, caso necessário, conforme estabelecido no Art. 7º.	Concordância com o Art. 7º	O caput do artigo aborda a regra geral. Desta forma, não é necessário explicitar os casos de exceção.
Petrobras	Art. 8º - § 2º	Alterar a redação para: <b>“Nos casos dos portos que recebem por cabotagem ou importada, a responsabilidade da adição de detergente dispersante à gasolina caso necessária, passará ao distribuidor, sem prejuízo do disposto no Art. 7º.</b>	Normalmente, as importações da Petrobras são direcionadas diretamente para os pólos supridos por cabotagem, com entrega direta na tancagem das distribuidoras. No caso da importação, podemos ter as seguintes situações:  a- O produto importado é nacionalizado no primeiro porto e segue para outros portos em operação de cabotagem; b- O produto importado é nacionalizado e transbordado para outros navios, que seguem para os demais polos em operação de cabotagem; c- O produto importado é descarregado para tanques de terra e posteriormente carregado em navios em operação de cabotagem para outros portos.  Em todas essas situações a aditivação deverá ser efetuada pelas distribuidoras	<b>INCORPORADA PARCIALMENTE</b>  Ver sugestão da ANP da nova redação do artigo 9º.  Em casos de cabotagem, nos quais a gasolina passe por uma instalação do produtor ou transportador (caso em que não há transferência de custódia) antes de ser entregue a uma base de distribuição, a responsabilidade pela adição do detergente dispersante permanecerá com o produtor ou importador do combustível.
Petrobras	Art 8º - § 3º	Remover o § 3º e renomear o § 4º	Normalmente, as importações de Gasolina são direcionadas para os pólos supridos por cabotagem, com entrega direta na tancagem das distribuidoras. Nesses casos, a aditivação, se necessária, será efetuada pelas distribuidoras, em	<b>INCORPORADA</b>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
			<p>ocasião posterior ao recebimento de produto, a cada enchimento dos caminhões-tanque, até que seja recebida nova descarga de produto, que poderá ou não ser oriundo de produção nacional.</p> <p>A contratação de Firma Inspetora para o acompanhamento de cada operação, além de requerer uma contratação por longos períodos, implicaria em custos adicionais para os agentes além de criar dificuldades no gerenciamento dessas Firmas Inspetoras, no caso de mistura de produtos de origem diferentes (importado e nacional).</p>	
Petrobras	Art 9º - caput	Os produtores de gasolina A, importadores e distribuidores, conforme previsto no § 2º do artigo anterior, deverão tornar público <b>a razão social do fabricante e respectivo nome comercial do aditivo detergente dispersante, que está sendo utilizado para cumprir as exigências desta Resolução.</b>	Identificar claramente o aditivo e o fornecedor.	<b>INCORPORADA</b>
Petrobras	Art. 10 - caput	O produtor de aditivos e o importador de aditivos deverão informar à ANP, até o 15º dia de cada mês, por intermédio do Sistema de Informação de Movimentação de Produtos (SIMP), os dados referentes à comercialização <b>do mês anterior</b> , com cada agente econômico.	Identificar o mês a que se referem as informações solicitadas.	<b>INCORPORADA</b>
Petrobras	Art. 11	O produtor de gasolina A, o importador e o distribuidor deverão informar à ANP, até o 15º dia de cada mês, por meio do Sistema de Informação de Movimentação de Produtos (SIMP), os dados referentes à aquisição mensal dos aditivos <b>referentes ao mês anterior</b> de que trata o parágrafo 1º do artigo 10º.	Identificar o mês a que se referem as informações solicitadas.	<b>INCORPORADA</b>
Petrobras	Art. 13º	Art 13. A partir de 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina comercializada em território nacional deverá atender à especificação	Tendo em vista a impossibilidade da implantação da aditivação total por todos os agentes econômicos na data prevista.	<b>INCORPORADA</b>  Conforme sugestão da ANP durante a

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		contida no Regulamento Técnico nº XX/2013, parte integrante desta Resolução, <b>com exceção dos itens referentes à aditivação.</b>		Audiência Pública, será dado prazo para adequação dos agentes econômicos envolvidos.
Petrobras	<b>Art.18 e Art. 19</b>	Exclusão dos itens a e b da nota (1) e inclusão do valor 0,5 diretamente na Tabela, como aparece na Tabela 2 da Minuta em questão.	- Não há necessidade de inclusão da nota (1) b, pois na Resolução ANP nº57 de 20/10/2011 já está determinado que o teor máximo de etanol anidro combustível na gasolina é de 1% em volume.	<b>INCORPORADA</b>
Petrobras	<b>Inclusão de Artigo na Seção VII</b>	Na ocorrência de parada emergencial de Unidade de Hidrotratamento, impossibilitando a produção de Gasolina com teor de enxofre menor do que 50 mg/kg, a ANP poderá conceder autorização especial para a comercialização do produto com teor de enxofre maior do que o especificado. A descontinuidade operacional deverá ser comunicada à ANP no primeiro dia útil após a paralisação, acompanhada de solicitação para comercialização e de plano de contingência.	Garantir o abastecimento do mercado em situação emergencial.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  O produtor e o importador devem garantir a qualidade do produto conforme estabelecida pela legislação vigente.
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 2 Normas Aplicáveis – segundo parágrafo</b>	Substituir o termo repetitividade por <b>repetibilidade</b>	De acordo com a Portaria nº 232, de 08 de maio de 2012, referente à 1ª edição luso-brasileira do VIM 2012 (JCGM 200:2012), houve alteração do termo repetitividade para repetibilidade.	<b>INCORPORADA</b>
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1</b>	Alterar as denominações “Gasolina Comum” e “Gasolina Premium” para respectivamente, “ <b>Gasolina S50</b> ” e “ <b>Gasolina S50 Premium</b> ”.	A Gasolina S50 é um marco, que vai tornar tangível para toda sociedade os esforços do País para a melhoria da qualidade do ar. Manter a antiga terminologia na bomba deprecia os enormes ganhos que o novo combustível proporcionará.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Somente haverá um limite para o teor de enxofre de toda a gasolina comercializada no país, diferentemente do óleo diesel.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1</b>	Incluir o método ASTM D6378 para a determinação da Pressão de Vapor na Tabela 1.	Nos métodos ASTM da Tabela 1 da Minuta, para a determinação da pressão de vapor, não consta a metodologia ASTM D6378, que no entanto, está relacionada na lista de métodos (item 2.2), bem como na Resolução ANP nº 57 de 20.10.2011	INCORPORADA
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1</b>	Período de Indução manter o limite de 360 mínimo.	A Gasolina S50 apresenta estabilidade maior do que a atual, cuja especificação é de 360 min (6 horas). Os 480 minutos (8 horas) requeridos na minuta proposta implicará, consequentemente, num maior tempo para liberação dos tanques produzidos. As especificações internacionais limitam o valor em 240 minutos mínimos.	INCORPORADA
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1</b>	Incluir o método ASTM D7220 para a determinação do teor de enxofre	Opção analítica (faixa de 3 a 942 mg/kg). Também já incluído na ASTM D4814.	INCORPORADA
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela I</b>	Retirar da Tabela os itens: Depósitos em Válvulas e Depósitos em câmara de Combustão.	Estes itens e respectivas Notas 14 a 17 são características pertinentes à gasolina de referência quando da homologação dos aditivos. Sugerimos que constem da Portaria ANP nº41/1999. A Tabela de Especificação é referência para certificação da qualidade do produto a ser comercializado.	INCORPORADA
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1 Observação14</b>	Alterar a redação para:  Não é necessária a realização deste ensaio para a emissão do Certificado da Qualidade, o que não isenta cada agente econômico que comercializa o combustível da responsabilidade de garantir, quando necessário, a concentração de aditivo detergente dispersante em conformidade ao respectivo registro do aditivo junto à ANP.	O limite de 100 mg de depósitos em válvulas deve ser garantido, pelo aditivo detergente dispersante, quando necessário, ensaiado na gasolina de referência e não na gasolina comercial.	NÃO INCORPORADA  As Notas 14 a 16 serão excluídas da minuta, conforme exposto anteriormente.
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3 Tabela 1 Observação16</b>	Alterar a redação para:  Este valor deverá ser calculado como a média aritmética dos depósitos encontrados nas quatro válvulas de admissão do motor em um ensaio realizado com a gasolina de	Concordância com o Art.7º	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
		referencia especificada pela <b>Resolução ANP</b> _____ / _____ e poderá ser atendido com o uso de detergente dispersante cuja concentração deverá estar em conformidade ao respectivo registro junto à ANP		
Petrobras	<b>Regulamento Técnico: Item 3.1 Tabela 2</b>	Alterar o limite do teor de fósforo de “máximo 0,2 mg/L” para “máximo 1,3 mg/L”	<p>O limite inferior da faixa de determinação aplicável da norma ASTM D3231–13 é exatamente o valor proposto como limite máximo para este parâmetro (0,2 mg/L). A obtenção de resultados próximos ao limite do método compromete a confiabilidade da medição, pois os erros são muito mais altos do que os esperados dentro da faixa analítica do método.</p> <p>Considerando a reproduzibilidade do método (0,13 mg/L), poderíamos ter uma falsa não conformidade aos requisitos da qualidade exigidos na nova especificação, no caso de produto que apresente resultado próximo ao limite da especificação,</p> <p>A especificação da ASTM D4814-13a, que sugere a norma ASTM D3231-13 para a determinação do teor de fósforo, estabelece como limite máximo o valor de 1,3 mg/L para este contaminante.</p>	<b>INCORPORADA</b>
ANP	<b>Item 2 do Regulamento Técnico</b>	Incluir o texto:  Os resultados de medições individuais devem ser avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pela ABNT NBR/ISO 4259.	A ISO 4259 é a norma internacional para dados de precisão em petróleo e derivados. No caso em que a conformidade da amostra seja avaliada pela execução de um único ensaio a avaliação deve ser baseada nas determinações da ABNT/NBR ISO 4259, a fim de garantir critérios que protejam fornecedor e consumidor.	<b>NÃO INCORPORADA</b>  Conforme já determina o Regulamento Técnico, os dados de precisão, repetibilidade e reproduzibilidade, fornecidos nos métodos relacionados na Resolução, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio, e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados neste Regulamento.

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
ANP	<b>Tabela 1 do Regulamento Técnico</b>	Incluir a norma ASTM D5501 para determinação do teor de EAC na gasolina.	A norma ASTM D5501 é indicada para quantificação do teor de etanol em gasolina em concentrações que variam de 20 a 100 % em massa, sendo recomendada caso haja dúvidas após a execução da NBR 13992.	<b>INCORPORADA</b>
ANP	<b>Tabela 1 do Regulamento Técnico</b>	<p>Alterar as notas 8 e 9:</p> <p>(8) Os ensaios de números de octano - MON e RON - deverão ser realizados com a adição de etanol anidro à gasolina A, no teor de um ponto percentual abaixo do valor em vigor na data da produção da gasolina A.</p> <p>(9) Índice Antidetonante é a média aritmética dos valores dos números de octano determinados pelos métodos MON e RON.</p>	O termo mais apropriado na linguagem técnica para o poder antidetonante da gasolina é “número de octano”, conforme tradução das normas ASTM. O termo “octanagem” é de uso coloquial e do ramo não especializado.	<b>INCORPORADA</b>
ANP	<b>Art. 8º, § 2º</b>	<p>O § 2º do art. 8º passará a ser um novo artigo 9º, cabendo a renumeração dos demais artigos.</p> <p><b>Nova Redação:</b></p> <p><b>Novo Art. 9º:</b> Nos casos de gasolina, de produção nacional ou importada, transportada por cabotagem, a responsabilidade da adição de detergente dispersante a toda a gasolina da base de distribuição passará ao distribuidor, sem prejuízo do disposto no art. 7º.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Nos casos de que trata o caput deste artigo, ficam dispensados o produtor e o importador de gasolina A da adição do detergente dispersante.</p>	<p>Tornar mais clara a regra para os casos de cabotagem.</p>	<b>INCORPORADA</b> <p>De forma a deixar mais claro que o caso previsto no novo artigo 9º é apenas para produto recebido diretamente por cabotagem a ANP alterou a redação para:</p> <p><b>“Art. 9º</b> Nos casos de bases de distribuição que recebem diretamente gasolina transportada por cabotagem, de produção nacional ou importada, a responsabilidade da adição de detergente dispersante a toda a gasolina da base será do distribuidor, sem prejuízo do disposto no art. 7º.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de que trata o <b>caput</b> deste artigo, ficam dispensados o produtor de gasolina A e o importador da adição do detergente dispersante.”</p>

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
ANP	Art. 12	<p>Alteração do Artigo 12, com desmembramento do dispositivo transitório em um novo artigo; inclusão de mais um artigo; e renumeração dos artigos posteriores.</p> <p><b>Nova Redação:</b></p> <p><b>Art. 12.</b> Os dispositivos contidos nos artigos 4º ao 6º passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014.</p> <p><b>Art. 13.</b> Os dispositivos contidos nos artigos 7º ao 11 passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2015.</p> <p><b>Art. 14.</b> Os produtores e importadores de gasolina A deverão encaminhar a ANP até o 15º dia do mês subsequente de cada trimestre, os resultados da característica formação de depósito de uma batelada de gasolina A comercializada em cada unidade produtora e do porto de internação.</p>	<p>Considerações para o adiamento da exigência de detergentes dispersantes em toda gasolina automotiva.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Operacionalização do sistema de aditivação;</li> <li>2. Homologação dos aditivos detergentes dispersantes para o controle de formação de depósitos de toda a gasolina;</li> <li>3. Testes prévios realizados na nova gasolina de 2014 apresentaram baixa formação de depósitos em algumas unidades produtoras.</li> </ol> <p>Adiamento da obrigatoriedade: 1º de julho de 2015</p> <p>⇒ 2014: acompanhamento pelos produtores e importadores de gasolina A do nível de depósitos produzidos pela gasolina nacional e importada devendo informar trimestralmente à ANP.</p> <p><b>INCORPORADA</b></p> <p>Nova redação do artigo 14:</p> <p><b>Art. 17.</b> O produtor de gasolina A e o importador deverão encaminhar à ANP até o 30º dia do mês subsequente de cada trimestre civil, os resultados de teor de enxofre, teor de aromáticos, teor de olefinas, temperatura de destilação nos 90% recuperados e formação de depósito em válvulas de duas bateladas de gasolina comercializadas, uma proveniente de produção nacional e a outra de importação.</p> <p>§ 1º A análise de depósito em válvula, a que se refere o <b>caput</b>, deverá ser realizada conforme a norma ABNT NBR 16038 – Combustíveis – Medição de depósitos em válvulas de admissão em motor com ignição por centelha.</p> <p>§ 2º As bateladas indicadas no <b>caput</b> deverão ser de gasolina cujos resultados das características teor de enxofre, teor de aromáticos, teor de olefinas e temperatura de destilação nos 90% recuperados sejam superiores aos do 65º (sexagésimo quinto) percentil calculado com base nos volumes comercializados no respectivo trimestre civil e discriminados por produção nacional</p>	

**Consulta Pública sobre Minuta que revisa a Resolução ANP nº 38, de 9 de dezembro de 2009, que estabelecerá as especificações da gasolina comercial destinada aos veículos automotores homologados segundo os critérios fixados para a fase L-6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.**

SUGESTÃO DE	ARTIGO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	POSICIONAMENTO ANP
				e importação. § 3º O ensaio de depósito em válvulas deverá ser realizados com a adição de etanol anidro combustível à gasolina A, no teor vigente estabelecido pela legislação.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *conspub\_qualidade@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso dessa Consulta Pública.